CURSO DE TERRENOS DE MARINHA E SEUS ACRESCIDOS

LAUDÊMIO, TAXA DE OCUPAÇÃO E FORO

RODRIGO MARCOS ANTONIO RODRIGUES

2ª EDIÇÃO



São Paulo – SP 2016

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Bibliotecária responsável: Aline Graziele Benitez CRB8/9922

R611c Rodrigues, Rodrigo Marcos Antonio

2.ed. Curso de terrenos de marinha e seus acrescidos: laudêmio, taxa de ocupação e foro / Rodrigo Marcos Antonio Rodrigues. — 2.ed. — São Paulo: Editora Pillares, 2016.

328 p.; 14x21cm -

ISBN 978-85-8183-047-6

1. Terrenos de Marinha - Brasil. 2. Bens patrimoniais da União. 3. Secretaria Patrimônio União laudêmio. I. Título.

> CDD 341.3425 CDU 359

Índice para catálogo sistemático:

1. Terrenos de Marinha 341.3425

ISBN: 978-85-8183-047-6

SUMÁRIO

TÍTULO I ORIGEM HISTÓRICA DOS TERRENOS DE MARINHA E SEUS ACRESCIDOS

CA	IPITULO I	
DII	REITO ROMANO	. 29
1.	Direito Romano	. 29
CA	PÍTULO II	
BR	ASIL COLÔNIA	. 31
1.	A divisão do Brasil em capitanias hereditárias	. 31
2.	O Foral	. 32
3.	Sesmarias	. 34
CA	PÍTULO III	
BR	ASIL IMPÉRIO	. 37
1.	Primeiro imóvel aforado no Brasil	. 37
2.	Lei de 15 de novembro de 1831	. 38
3.	Primeira definição de terrenos de marinha	4٢

14 CURSO DE TERRENOS DE MARINHA E SEUS ACRESCIDOS

	Color Di lindinos Di Mindinin i Dico Mentocipos
4.	Primeira definição de acrescidos de marinha42
5.	Transferência do direito de aforar e obter renda
	aos Municípios
CA	PÍTULO IV
BR	ASIL REPÚBLICA (ANTERIOR AO DECRETO-LEI
Nº	9.760/1946)
1.	Decreto nº 14.595, de 31 de dezembro de 1920 45
2.	Decreto nº 22.785, de 31 de maio de 1933
3.	Código de Águas — Decreto nº 24.643/1934
4.	Decreto-lei nº 710, de 17 de setembro de 1938 47
5.	Decreto-lei nº 2.490, de 16 de agosto de 1940 49
6.	Decreto-lei nº 3.438, de 17 de julho de 1941 49
7.	Decreto-lei nº 4.120, de 21 de fevereiro de 1942 50
8.	Decreto-lei nº 5.666, de 15 de julho de 1943 51
	TÍTULO II
	ENFITEUSE
CA	PÍTULO I
OR	IGEM HISTÓRICA 53
1.	Em Roma
2.	Na Idade Média59
3.	No Brasil

STJ00104381

16 CURSO DE TERRENOS DE MARINHA E SEUS ACRESCIDOS

	4.5.	Inadimplemento de cláusula contratual 9	30
	4.6.	Por interesse público, mediante prévia indenização 9	30
	4.7.	Exercício do direito de preferência	31
5.	Direi ⁻	tos e deveres/obrigações do enfiteuta	31
6.	Analo	ogia com outros institutos	33
	6.1.	Usufruto	33
	6.2.	Arrendamento 9	34
	6.3.	Superfície 9	35
0.4	DÍTIU	0.111	
	PÍTUL		
EN	FITEU	SE APLICADA AOS BENS PARTICULARES	37
1.	Instit	uto de Direito Civil	38
2.	Aplic	abilidade)1
3.	Bens	públicos regidos pelo Direito Civil)1
CΔI	PÍTUL	n IV	
		SE APLICADA AOS BENS PÚBLICOS 10)E
1.	Regio	da por legislação específica10)9
2.	Aplic	abilidade	12
3.	Enfite	euse civil <i>vs.</i> Enfiteuse administrativa11	16
4.	Quad	lro comparativo entre a enfiteuse civil	
	e a a	dministrativa	20

TÍTULO III **BENS DA UNIÃO**

ŲΑ	PITULUT
PR	EVISÃO CONSTITUCIONAL123
1.	Constituição de 1891
2.	Constituição de 1934
3.	Constituição de 1937 125
4.	Constituição de 1946
5.	Constituição de 1967
6.	Constituição de 1988
	6.1. Emenda Constitucional nº 46/2005
CA	PÍTULO II
CL	ASSIFICAÇÃO DOS BENS PÚBLICOS 139
1.	De uso comum
	1.1. Praias
2.	De uso especial
3.	Dominiais ou dominicais – terrenos de marinha e seus acrescidos. 145
CA	PÍTULO III
AD	MINISTRAÇÃO DOS BENS DA UNIÃO147
1.	Secretaria do Patrimônio da União (SPU)
	1.1. Atribuições148
	1.2. Convênios e contratos

CA	PÍTULO IV	
TE	RRENOS DE MARINHA E SEUS ACRESCIDOS	153
1.	Conceituação	153
2.	Como identificar essa espécie de bem	160
	2.1. Identificação <i>in loco</i>	160
	2.2. Identificação por meio de documentação	162
3.	Demarcação dos terrenos de marinha	164
4.	Instituto peculiar do Direito Brasileiro	170
CA	PÍTULO V	
0 U	ITRAS ESPÉCIES DE BENS DA UNIÃO	173
1.	Ilhas marítimas	173
2.	Extintos aldeamentos indígenas	177
3.	Mangues	181
	TÍTULO IV	
C	CONTRATOS ENTRE O PODER PÚBLICO E O PARTICULAR OUTROS INSTRUMENTOS JURÍDICOS	E
CA	PÍTULO I	
CO	NTRATO DE AFORAMENTO	187
1.	Contrato	187
2.	Partes	189
3.	Domínio útil	189
4.	Assento no Registro Imobiliário	190

RODRIGO MARCOS ANTONIO RODRIGUES 19

CAI	PÍTULO II	
INS	CRIÇÃO DE OCUPAÇÃO	193
1.	Autorização	193
2.	Partes	194
3.	Ocupação precária	194
4.	Ocupação com preferência ao aforamento	196
5.	Assento no Registro Imobiliário	198
	5.1. Imóvel integralmente localizado em terreno de marinha	198
	5.2. Imóvel parcialmente localizado em terreno de marinha	204
CAI	PÍTULO III	
0 U	TROS TIPOS LEGAIS	207
1.	Permissão de uso	207
2.	Cessão de uso	210
3.	Concessão de uso especial para fins de moradia	212
4.	Concessão de direito real de uso	216
5.	Locação	217
	TÍTULO V	
Т	RANSFERÊNCIA DO DOMÍNIO ÚTIL (AFORAMENTO) O DOS DIREITOS SOBRE BENFEITORIAS (OCUPAÇÃO)	U
CAI	PÍTULO I	
COI	MPROMISSO DE COMPRA E VENDA	221
1.	Características do contrato	221
2.	Público ou particular	225

STJ00104381

20 CURSO DE TERRENOS DE MARINHA E SEUS ACRESCIDOS

3.	Cláusulas afins	226
	3.1. Responsabilidade pelo pagamento do(s) laudêmio(s) .	227
	3.2. Pagamento de eventual diferença de laudêmio	227
	3.3. Pagamento da taxa de ocupação e do foro	228
4.	Nomenclatura	228
5.	Efeito	229
6.	Registro	230
CA	PÍTULO II	
ΑU	TORIZAÇÃO DA UNIÃO	239
1.	Certidão Autorizativa de Transferência (CAT)	239
	1.1. Requisitos	239
	1.2. Transações onerosas	240
	1.3. Laudêmio	243
	1.3.1. Não é tributo	246
	1.3.2. Isenção do pagamento	248
	1.4. Transações não onerosas	249
CA	PÍTULO III	
ESC	CRITURA PÚBLICA	251
1.	Requisitos	251
2.	Bens da União: terrenos de marinha e seus acrescidos	253
3.	Escritura de Venda e Compra com Cessão de Direitos de Ocupação	256

RODRIGO MARCOS ANTONIO RODRIGUES 21

	3.1. Regime	de ocupação	257
	3.1.1.	Integralmente localizado em terreno de marinha	257
	3.1.2.	Parcialmente localizado em terreno de marinha	258
4.	Escritura de Ve	enda e Compra com Alienação do Domínio Útil	. 259
	4.1. Regime	de aforamento	259
	4.1.1.	Integralmente localizado em terreno de marinha	259
	4.1.2.	Parcialmente localizado em terreno de marinha.	. 260
5.	Quando houve	er cessões intermediárias	260
6.	Adjudicação e	e partilha em inventário extrajudicial	262
7.	Mandato em	Causa Própria	263
8.	•	ara adequação à legislação dos terrenos de	266
CA	PÍTULO IV		
REC	GISTRO DE IN	NÓVEIS <i>versus</i> SPU	269
1.	No Direito Bra	asileiro	269
2.	Registro de Ir	nóveis <i>vs.</i> SPU	273
3.	Prática		276
	PÍTULO V		
AV	ERBAÇÃO DE	TRANSFERÊNCIA	279
1.	Apresentação	o de escritura na SPU	279
2.	A averbação	de transferência	280

TÍTULO VI COBRANÇA DA SPU

CA	PÍTULO I		
RE	RECEITAS PATRIMONIAIS 283		
1.	Conceito		
2.	Do laudêmio		
	2.1. Da diferença de laudêmio		
3.	Do foro		
4.	Da taxa de ocupação		
5.	Da multa por atraso na apresentação da escritura 289		
6.	Da multa pelo aterro ilegal		
7.	Da isenção das receitas patrimoniais		
8.	Da defesa administrativa		
CA	PÍTULO II		
IN:	SCRIÇÃO NA DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO (DAU) 29		
1.	Competência: Procuradoria da Fazenda Nacional 298		
2.	Débitos que podem ser inscritos		
3.	Momento da inscrição		
4.	Certidão da Dívida Ativa (CDA)		
5.	Consequências		

RODRIGO MARCOS ANTONIO RODRIGUES 23

CA	APÍTULO III	
PR	ESCRIÇÃO E DECADÊNCIA	303
1.	Como opera nas receitas patrimoniais	303
2.	Antes da entrada em vigor da Lei 9.636/98	307
	TÍTULO VII	
	O INSTITUTO NA ATUALIDADE	
TE	RRENOS DE MARINHA E SEUS ACRESCIDOS	311

REFERÊNCIAS...... 321